

Em Tese

OS MANUAIS DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL NOS ANOS DE 1940: CONTEXTO DE PRODUÇÃO, AUTORES, ESTRUTURAS DIDÁTICAS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

The manuals of Educational Sociology in the 1940s: context of production, authors, didactic structures and theoretical perspectives

Cristiano das Neves **BODART**
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro de Educação dessa mesma instituição
cristianobodart@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2195-2145> 

Ewerton Diego de **SOUZA**
Graduando em Ciências Sociais
Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, Brasil
Bolsista PIBIC/CNPq
ewertoy@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5413-693X> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

No presente artigo são realizadas análises de conteúdos de três manuais de Sociologia Educacional publicados na década de 1940 no Brasil. Buscou-se, observando também seu contexto de produção, compreender: i) o público alvo; ii) estruturas dos manuais; iii) preocupações didáticas; iv) conteúdos e; v) base epistemológica. Foi identificado que embora suas estruturas e conteúdos se aproximem, suas bases teóricas se distanciam, passando por perspectivas científicas americanas, francesas e brasileiras, além de influências da Sociologia Católica. Os textos escolares analisados podem ser classificados como “manuais escolares” por apresentar estratégias didáticas de transmissão de conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Manuais de Sociologia educacional. Fernando de Azevedo. David Snedden. Theobaldo Miranda Silva.

ABSTRACT

In the present article, content analyzes of three manuals of Educational Sociology published in the 1940s in Brazil. It was sought, also observing its context of production, to understand: i) the target public; ii) manual structures; iii) didactic concerns; iv) contents and; v) epistemological basis. It was identified that although its structures and contents approach, its theoretical bases are distanced, passing through American, French and Brazilian scientific perspectives, besides influences of Catholic Sociology. The analyzed textbooks can be classified as "school manuals" because they present didactic content transmission strategies.

KEYWORDS: Manuals of Educational Sociology. Fernando de Azevedo. David Snedden. Theobaldo Miranda Silva.

1 INTRODUÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo é parte da pesquisa contemplada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/2018-2019) denominada “Os primeiros manuais de Sociologia brasileiros: figurações do ensino de Sociologia na primeira metade do século XX”, empreendida no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências Sociais - Xingó, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e coordenada pelo professor Cristiano das Neves Bodart.

Pesquisas recentes revelam que a temática do "ensino de Sociologia" vem conquistando, a partir da segunda metade da década de 2000, um espaço significativo no interior da comunidade científica brasileira. Esses trabalhos detalham o desenvolvimento de um subcampo a partir de mapeamentos das produções de teses e dissertações (BODART; CIGALES, 2017), de grupos de pesquisas (NEUHOLD, 2015), de GTs em eventos acadêmicos (OLIVEIRA, 2015; NEUHOLD, 2017), dossiês temáticos publicados em revistas acadêmicas (BODART; SOUZA, 2018) e artigos publicados em periódicos de estratos superiores (BODART; TAVARES, 2018) e livros coletâneas (ERAS, 2015).

Contudo, ainda são raros os trabalhos que se debruçam sobre os manuais escolares de Sociologia da primeira metade do século XX (assim como de Sociologia Educacional), período testemunha da introdução da Sociologia na escola brasileira. Neste *paper* desvelamos alguns dos elementos constituintes das figurações que envolveram os manuais escolares de "Sociologia Educacional" dos anos de 1940, para em seguida destacar o que era privilegiado nesses manuais e como estavam organizados.

Tomamos como ponto de partida as discussões e considerações esboçadas nos trabalhos de Cigales (2018) e Meucci (2018) sobre metodologia manualística e, também, contribuições da análise de conteúdo. Dessa forma, os elementos priorizados nesse trabalho são: i) as editoras; ii) os elementos pré-textuais – mais precisamente os sumários, estrutura e conteúdo dos textos e; iii) base teórica-epistemológica.

Para analisar os manuais procuramos nos sensibilizar perante o movimento intrínseco das relações que os compõem em seu desenvolvimento histórico e, para tanto, nos amparamos, em alguma medida, na perspectiva figuracional (ou configuracional) de Norbert Elias (2006). Elias destaca que ao se deparar com um objeto é preciso se atentar para o movimento oriundo das relações recíprocas entre os indivíduos envolvidos,



procurando aumentar a percepção sociológica ao considerar os vínculos existentes para além do foco sobre o objeto; no nosso caso os manuais.

Nesse sentido, o conceito de figuração, ao conceber a relação social para além do antagonismo indivíduo e sociedade, nos chama atenção para olharmos também o entorno do manual. Assim, torna-se necessário, conforme Elias,

[...] conceber que os indivíduos formam em conjunto as figurações particulares, que possuem suas regularidades, suas estruturas e suas dinâmicas. E com base nisso perceber, ao mesmo tempo, a estrutura de personalidade e a dinâmica dos indivíduos que formam essas figurações, assim como a estrutura e dinâmica das próprias figurações como inseparáveis, mas nitidamente como diferentes níveis dos acontecimentos sociais (ELIAS, 2006, p. 301).

Ao buscar as colaborações da abordagem figuracional para a análise dos manuais de Sociologia Educacional da primeira metade do século XX algumas observações se fazem necessárias. Contudo, reconstituir todos os elementos constituintes das figurações nas quais estão inseridos os autores e as obras não é uma tarefa plenamente possível devido à escassez de informações e pela limitação de espaço físico deste artigo. Contudo, é um esforço no qual buscamos, ao menos, contribuir em algum nível para pensarmos métodos e técnicas de análises de manuais do século passado; o que já justifica nosso intento. Reconhecendo os limites de nossos esforços, tomamos alguns dos aspectos dos manuais como componentes dos processos sociais constituintes da figuração. Pela relevância na figuração, buscamos explorar também as condições de produção e distribuição dos manuais, o mercado editorial e seus efeitos.

A metodologia adotada pode ser dividida em quatro momentos: no primeiro realizamos uma contextualização do mercado editorial da época. No segundo momento produzimos pequenas biografias dos autores buscando identificar os espaços sociais ocupados; no terceiro realizamos a leitura de cada um dos manuais a fim de identificar os temas abordados, a forma como foram organizados e as principais base teórica-epistemológica e; no quarto momento, nos dedicamos à análise do conteúdo dessas obras.

O *corpus* da pesquisa é composto por três (03) obras (uma com dois volumes), como se observa no quadro 1.

Quadro 1 - Relação de Autores, Editora e Coleção.

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	COLEÇÃO
1940	Fernando de Azevedo	Sociologia Educacional	Cia Editora Nacional	Iniciação Científica da Biblioteca Pedagógica Nacional
1941	David Snedden	Sociologia Educacional Parte I	Saraiva e Cia Editores	-
1941	David Snedden	Sociologia Educacional Parte II	Saraiva e Cia Editores	-
1947	Theobaldo M. Santos	Noções de Sociologia Educacional	Cia Editora Nacional	-

Fonte: Elaboração Própria.

É importante destacar que até 1949 ao menos cinco (05) manuais de Sociologia educacional haviam sido publicados no Brasil. Optamos por delimitar nossa análise aos manuais publicados nos anos de 1940, período de retirada da Sociologia do ensino secundário e a expansão das escolas normais, nas quais era obrigatória a disciplina Sociologia Educacional. Nos anos de 1930 ao menos dois manuais já haviam sido publicados no Brasil. Foram elas: “Lições de Sociologia Educacional”, de Aquiles Archêro Jr (1936) e “Sociologia Educacional”, de Delgado de Carvalho (1933).

Todas as preocupações metodológicas esboçadas nesta introdução serão tratadas em seções específicas do texto. O artigo, além desta introdução e das considerações finais está organizado em três seções. A primeira é direcionada a uma contextualização da produção das obras. A segunda seção destina-se a uma breve biografia dos autores, destacando suas respectivas produções, formações, atuações e espaços sociais ocupados. Na terceira e última seção realizamos a exposição dos principais aspectos dos manuais, além de um esforço no sentido de identificar quais correntes e teorias sociológicas embasavam as obras. Por fim, apresentamos as considerações finais onde propomos apresentar um olhar do “todo analisado”.

2 O CONTEXTO EDITORIAL DAS PRODUÇÕES

Parte preponderante de nossa análise diz respeito às condições de produção das respectivas obras, afinal, nos interessa o desenvolvimento dos ideais e valores que envolvem os manuais escolares de Sociologia Educacional. Há uma considerável literatura em torno do contexto histórico, político, econômico e social do período das publicações aqui analisadas. Entretanto, nos deteremos ao contexto editorial das



produções que analisamos, uma vez que buscamos com essa breve contextualização compreender as razões da materialidade dos manuais aqui analisados.

Meucci (2001) afirma que o período compreendido entre os anos de 1931 e 1948 assistiu um surgimento repentino de algumas dezenas de manuais de Sociologia no Brasil. A autora procura explicar esse fenômeno a partir da introdução dos cursos de Sociologia nos ginásios, escolas normais, faculdades e universidades e a necessidade de sistematização do conhecimento produzido.

Vale salientar que esse período proporcionou uma intensa produção intelectual bastante próxima a política de Estado e dos debates públicos. Além disso, há uma disputa político-ideológica presente entre católicos e renovadores em torno dos rumos da educação brasileira, embate que reverbera nos livros didáticos e nas práticas escolares, como destacou Bodart (2015). Segundo Sarandy (2004) o projeto de modernização do regime autoritário de Vargas abriu possibilidades de disputas pela hegemonia do aparelho educacional do país; o que deixou marcas profundas nas Ciências Sociais, afinal, produziu intelectuais comprometidos, por força da repressão política, com a lógica da institucionalização da atividade intelectual e a lógica de carreira.

A renovação proposta pelo governo varguista abriu um intenso debate sobre educação e envolveu intelectuais de grandes projeções. A expansão do Estado autoritário tomava para si o controle ideológico do aparelhamento educacional e colocando em cheque a hegemonia católica no que se refere a educação no Brasil. Estavam evidentes disputas entre correntes que pleiteavam estar à frente da renovação educacional, se destacando dois grupos: os intelectuais cientificistas e os intelectuais católicos. O projeto político de Vargas estava em torno da ideia de modernidade e a educação era parte do projeto de país. No governo Vargas, sobretudo a partir da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), os reformadores que se localizaram no interior das discussões da Sociologia da Educação estavam em diálogo com as correntes positivistas e evolucionistas, sobretudo buscando as contribuições de Durkheim e Dewey.

O mercado editorial brasileiro não apresentou significativos avanços até o fim da II Guerra Mundial. A isenção de impostos sobre a importação de papeis levava as indústrias a investirem em produtos destinados a outros fins, tais como embrulhos e embalagens (HALLEWELL, 2005). O incipiente mercado editorial, centralizado no Rio de Janeiro, começou a se expandir após a segunda década do século XX. Como destacou Paixão,

Com as dificuldades de importação, decorrentes do aprofundamento dos conflitos da Primeira Guerra Mundial, as indústrias locais se fortaleceram, levando São Paulo, entre 1914 e 1920, ao extraordinário crescimento de 25% ao ano. O setor editorial também se expandiu, e a capital tornou-se o centro editorial da década. Em 1920, funcionavam na cidade cerca de vinte editoras, com uma produção de duzentos títulos anuais, e uma tiragem total de 1,9 milhão de exemplares (PAIXÃO, 1998, p. 46).

Nesse período houve uma ampliação da produção de livros e manuais didáticos devido à: i) melhores condições à indústria de papel; ii) ampliação do número de estudantes e; iii) concepção modernizante do país por meio da educação. A expansão do ensino, por sua vez, foi fator de incidência direta na produção dos manuais, uma vez que se ampliou a preocupação com a formação dos professores. As preocupações políticas presentes naquele momento com a educação despertaram o interesse do setor editorial.

A partir de 1932, o Rio de Janeiro vivenciou um significativo desenvolvimento do mercado editorial, fortalecendo-se como centro cultural e intelectual do país. Nesse período mais da metade dos livros brasileiros são produzidos ali, concentrando as principais editoras. Contudo, o desenvolvimento industrial de São Paulo e os menores preços de papel e impressão naquela cidade a tornou atraente à reprodução das obras editoradas no Rio de Janeiro (CAMARGO, 2003). Pela primeira vez, a partir dos anos de 1930, o livro produzido no Brasil custava mais barato que os importados (HALLEWELL, 2005). No ano de 1945 os preços dos livros brasileiros voltaram a ficar superiores aos importados (HALLEWELL, 2005). Em 1945 1/5 dos livros que circulam no país eram importados, principalmente dos Estados Unidos e da Argentina (HALLEWELL, 2005).

Nos anos de 1940, no bojo do desenvolvimento manufatureiro brasileiro, havia em São Paulo 368 firmas de impressão tipográfica, 33 oficinas litográficas e 26 estabelecimentos de estereotipia, abrigando 16 das 38 fábricas de papel mais importantes do Brasil, com produção de 70% do papel destinado a material de leitura impresso produzido no país (CAMARGO, 2003, p. 74). De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil (apud HALLEWELL, 2005, p. 493) o mercado editorial obteve uma taxa de crescimento de 46,6% entre 1936 e 1944 e de 31% entre 1944 e 1948.

As disputas político-pedagógicas refletiram no campo das editoras. A imprensa tornou-se um espaço estratégico de disputa das políticas educacionais, onde os livros tinham função de regramento das práticas escolares. Elemento de homogeneização das práticas do aparelho escolar, os manuais ocuparam o campo da formação de professores de forma estratégica (TOLEDO, 2006). O mercado da imprensa pedagógica no período

analisado se amplia e se modifica ao se atrelar ao projeto de renovação da sociedade e da mentalidade das pessoas por meio dos livros (TOLEDO, 2006).

Uma característica dessa simbiose entre mercado editorial e política é a presença de intelectuais de grandes projeções com cargos no aparelhamento estatal. Intelectuais que dirigiram e fundaram o que se convencionou chamar de coleções; como o caso de Fernando de Azevedo que dirigiu a Coleção Iniciação Científica da Biblioteca Pedagógica Nacional, da Cia Editorial Nacional. A Companhia Editora Nacional, nos anos de 1940, já dominava o setor de livros didáticos (HALEWELL, 2005).

O *corpus* desta pesquisa envolve as editoras “Saraiva e Cia Editores” (um manual de dois volumes) e “Cia Editorial Nacional” (três manuais), destacando-se assim esta última editora. A Cia Editora Nacional¹ foi fundada por Monteiro Lobato em 1925, ano de institucionalização da Sociologia como disciplina no Colégio Pedro II e em meio ao complexo movimento de modernização. Essa editora se voltava majoritariamente para a produção de livros didáticos, possibilitando que os intelectuais que disputavam o controle ideológico do sistema educacional publicassem suas obras.

Monteiro Lobato teve um papel muito importante na produção e venda de livros no Brasil. Tendo ampliado os pontos de vendas por diversas partes do país. De pouco mais de 30 pontos de vendas, Lobato desenvolve uma rede de cerca de 2 mil pontos - em todo tipo de loja de varejo, de farmácias à padarias (HALLEWELL, 2005).

A editora “Saraiva e Cia Editores” foi fundada por Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva em 1914, no Largo do Ouvidor, em São Paulo. Por sua proximidade com a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco e pelo interesse pessoal de seu fundador, a editora se especializou em literatura jurídica, embora também tivesse editado livros didáticos, literatura geral, ciências, etc. Seu primeiro livro didático foi publicado em 1939 (HALLEWELL, 2005).

Assim, o contexto editorial que vai dos anos de 1940 a 1949, período de publicação das obras que aqui analisamos, é marcado por imbricações com o campo político e a expansão da produção e distribuição de seus produtos.

3 BREVE BIOGRAFIA DOS AUTORES DOS MANUAIS DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

¹ Sobre a Cia Editora Nacional, consultar: <http://editoranacional.com.br/page/11/quem-somos>

O *corpus* da pesquisa totaliza três (03) manuais de Sociologia Educacional, (o manual de Snedden é dividido em dois tomos ou volumes). Em ordem cronológica das publicações que aqui analisamos, as autorias se distribuem da seguinte forma: Fernando de Azevedo (1940); David Snedden (1941; 1941) e Theobaldo Miranda Santos (1947).

Até as duas primeiras décadas do século XX, os manuais eram obras produzidas por profissionais escritores, livreiros e impressores, intelectuais e homens de Estado sem formação ou atuação na área da obra. A partir dos anos de 1930 nota-se um quadro bastante diversificado do perfil dos autores, passando a destacar, no caso de manuais escolares, professores-autores (CUNHA, 2013). Nesse mesmo momento configurava um amplo debate a respeito dos direitos autorais das obras publicadas (CUNHA, 2013).

3.1 Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo², autor do livro “Sociologia Educacional”, nascido em 1894, tornou-se graduado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Contudo, dedicou-se ao magistério. Foi professor de Sociologia no Instituto Caetano de Campos (MEUCCI, 2000).

Em 1927, Fernando de Azevedo assumiu o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, cargo ocupado até 1930 (PILETTI, 1994). Em 1933 adquiriu a direção da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Tendo empregado vários esforços pela melhoria na formação dos professores. Dirigiu o Instituto de Educação até 1938, quando passou a lecionar Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo. De 1941 a 1943 atuou como diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em 1942 foi eleito diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo. Em 1947 foi nomeado Secretário de Educação e Saúde desse mesmo estado. Foi, também, presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (PILETTI, 1994; MEUCCI, 2000). Dentre suas principais contribuições para a educação, Piletti (1994) destacou sua colaboração para a grande reforma do ensino no antigo Distrito Federal (1927-1930), participação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e contribuição para a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934.

² Para mais informações biográficas ver Piletti (1994).

Fernando de Azevedo publicou ao menos 25 livros, destacando-se “obras pioneiras no campo das ciências sociais como Princípios de Sociologia (1935), Sociologia Educacional (1940) e Canaviais e engenhos na vida política do Brasil (1948)” (PILETTI, 1994, p. 183). Em 1951, fundou a Biblioteca Pedagógica Brasileira, na Companhia Editora Nacional, órgão que dirigiu por mais de 15 anos (MEUCCI, 2000).

3.2 David Snedden

David Snedden, autor do manual "Sociologia Educacional" teve sua trajetória acadêmica vinculada a Universidade de Stanford e Columbia University. Por dez anos ele atuou como professor, diretor e superintendente em escolas da Califórnia, tornando-se posteriormente professor assistente em Stanford (1901-1905) e professor adjunto na Teachers College, Columbia University (1905-1909). Desde seu mestrado dedicou-se a pensar a Educação. Com Samuel T. Dutton foi coautor do primeiro livro de administração escolar, “A Administração da Educação Pública nos Estados Unidos” (1908), no qual defendeu uma reforma legislativa que salvaguardasse os direitos democráticos do povo. De 1909 a 1916, Snedden foi o primeiro comissário estadual de educação em Massachusetts.

Snedden publicou diversas obras, destacando-se duas, *Sociological Determination of Objectives in Education* (1921) e *Educational Sociology* (1922), esta publicada também no Brasil em 1941 sob o título “Sociologia Educacional” e dividida em dois tomos; tratando-se de uma tradução cujo intelectual responsável foi Adolfo Packer. Além dessas obras podemos mencionar *The Problem of Vocational Education* (1910), *Problems of Educational Readjustment* (1913), *Vocational Education* (1920) e *Civic Education: Sociological Foundations and Courses* (1922). Tornou-se conhecido por suas contribuições no campo da educação, mais especificamente por meio de seus estudos do currículo, as quais o levou a desenvolver suas próprias propostas curriculares baseadas na ideia de vocação e eficiência social³.

Adolfo Packer, tradutor de “Sociologia Educacional”, foi coordenador da "Coleção de Ensino Normal", da Livraria Acadêmica Saraiva & Cia/SP (PACKER, 1942) e inspetor do ensino secundário e normal do Estado de São Paulo (SNEDDEN, 1941) e, em 1942, foi diretor do Colégio Dante Aleghieri, localizado naquela cidade.

³ Para mais informações em relação a seus esforços no campo educacional ver Paraskeva (2008). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3216/321627130003.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

3.3 Theobaldo Miranda Santos

Theobaldo Miranda Santos⁴, autor de *Noções de Sociologia Educacional* (1947), nascido em 1904 concluiu os estudos primários e secundários no Liceu de Humanidades e na Escola Normal de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Contudo, inicia a vida docente na Escola Normal da cidade Manhuaçu, em Minas Gerais. Em Juiz de Fora (MG), diplomou-se em Farmácia e Odontologia.

Retornando para a sua cidade natal ocupou a função de diretor e as cadeiras de Física, Química e História Natural, no Liceu de Humanidades em Campos dos Goytacazes-RJ (CALIXTO; NETO, 2015). Em Campos foi Superintendente Municipal de Educação e Cultura e atuou como docente na Faculdade de Farmácia e Odontologia e na Escola Superior da Agricultura.

Na cidade de Campos, sua trajetória foi ligada ao Centro Dom Vital, instituição católica. O Centro Dom Vital se fez presente na organização e divulgação da cultura católica, juntamente com a criação do Instituto Católico de Estudos Superiores, que se preocupava com a formação de professores, estudantes e intelectuais, oferecendo como ações externas os cursos de Teologia, Filosofia, Sociologia, Biologia, História da Igreja e Pedagogia. (CALIXTO; NETO, 2014).

Aos 37 anos assumiu variadas tarefas, das quais se destacam a de Diretor Técnico Profissional, Diretor da Educação Primária e diretor geral do departamento da Educação Básica. (CALIXTO; NETO, 2015). Paralelamente a essas funções lecionou Filosofia, História da Educação e Pedagogia na Faculdade Católica de Santa Úrsula, no Distrito Federal e chegou a assumir a cátedra de Filosofia da Educação no Instituto de Educação do Distrito Federal. (CALIXTO; NETO, 2014).

Theobaldo Miranda Santos foi autor de muitas obras⁵, tendo sido em sua época o professor que mais publicou livros na América Latina; cerca de 130 (NUNES, 1996). Dentre elas podemos citar: *Universidade de Campos* (s/d); *Noções de Sociologia educacional* (1947); *Noções de Psicologia experimental* (1953, 3ªed.); *Métodos e Técnicas do Estudo da Cultura* (1957, 2ªed.); *Filosofia da Educação* (1942); *Organização*

⁴ Para mais informações biográficas ver Calixto e Quillici Neto (2015).

⁵ Algumas de suas obras estão digitalizadas e disponibilizadas na biblioteca virtual da Câmara dos Vereadores de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.camaracampos.rj.gov.br/index.php/autores/item/55-theobaldo-miranda-santos>. Acesso em: nov. 2018.

social e política do Brasil (1972, 12ªed.); O sonho, as crianças e contos de fadas (s/d); Curso de Psicologia e Pedagogia (s/d); Noções de Filosofia da Educação (1969, 12ªed.); Noções de Práticas de ensino (1951, 2ªed.); Noções de Psicologia educacional (1960, 9ªed.); Curso de Filosofia e Ciência: manual de Filosofia (1967, 15ªed.); Metodologia do Ensino Primário (1958, 7ªed.); Manual de Filosofia (1958, 10ªed.); Manual do Professor secundário (1961); Noções de Psicologia da personalidade (1964); A escola primária (s/d); Noções de Psicologia da criança (1955, 4ªed.) e; Educação Moral e Cívica (1972). Segundo Nunes (1996, p. 68) Theobaldo Miranda Santos teria alcançado em uma de suas obras, “de 1945 a 1964, dez edições consecutivas sem qualquer alteração significativa. As obras publicadas pela Editora Agir” ultrapassaram a tiragem de 15 milhões de exemplares.

4 OS MANUAIS DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL

Com o intuito de operacionalizar a análise, nosso foco se direcionou para os elementos pré-textuais, a estrutura, os conteúdos e as abordagens teóricas mais correntes nas obras. Nos pareceu ser didático apresentar cada obra em separado, o que passamos a fazer.

4.1 Sociologia Educacional (1940) – Fernando de Azevedo

O manual “Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais”, de Fernando de Azevedo, teve sua primeira edição publicada em 1940, nosso objeto de análise. A referida edição foi publicada pela Companhia Editora Nacional, com sede em São Paulo e filias no Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. A obra integra a Coleção Iniciação Científica da Biblioteca Pedagógica Brasileira, sob sua direção. Tratava-se de uma editora que havia se expandido e encontrado capilaridade, o que facilitou para a divulgação da obra.

Observando os elementos pré-textuais, notamos que, na capa, o autor é apresentado como “professor da Universidade de São Paulo”. Em verso de folha de rosto, há duas listas de livros, uma da Coleção Iniciação Científica da Biblioteca Pedagógica Brasileira e outra de obras já publicadas por Fernando de Azevedo. Por fim, a obra apresenta um índice.



Na introdução de 39 páginas, sob o título "O que é Sociologia e o que é Sociologia Educacional", Fernando de Azevedo se preocupa em apresentar a Sociologia como ciência, se apoiando nas argumentações e analogias de Auguste Comte e Émile Durkheim quanto à distinção da Sociologia frente a outras "ciências". Para tanto, Azevedo parece ter se apoiado principalmente em textos de M. Halbwachs⁶, Durkheim, Comte. Azevedo buscou apresentar os objetivos da Sociologia Educacional como sendo estudar os fatos sociais e as instituições sociais de educação, amparando-se, em muitos momentos, em Émile Durkheim⁷.

Além da introdução, da bibliografia, o livro é dividido em quatro partes, totalizando 21 capítulos ao longo de 474 páginas. As partes são: i) "A educação, Fenômeno Social"; ii) "As Origens e a Evolução das Escolas"; iii) "Os Sistemas Educativos" e; iv) "Os problemas Sociais Pedagógicos". O quadro 2 destaca os conteúdos de cada dessas partes.

Quadro 2 – Organização da obra Sociologia Educacional de Fernando de Azevedo (1940).

Parte 1	Parte 2	Parte 3	Parte 4
O Individual e o Social	A Família e a Educação	Os Sistemas Pedagógicos e os outros Sistemas Sociais	As Cidades e os Campos e os Problemas de Educação
A Coesão Social e a Tradição	O Grupo Profissional Pedagógico	A educação e as Classes Sociais	O Estado e a Educação
A Integração do Indivíduo no Grupo	A Escola - Uma Instituição Social	A Complexidade e a Crise em Educação	Política e Educação
A Natureza Sociológica do Fenômeno da Educação	A Rotina na Educação. Formadores e Reformadores	A Organização dos Sistemas Escolares	O Problema dos Fins de Educação
A Integração do Indivíduo no Grupo	A educação e o Progresso		A Escola, O Patriotismo e a Unidade Nacional
A Educação nas Sociedades Primitivas	A Família e a Educação		A opinião Pública e a Educação.

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se o cuidado de Azevedo em apresentar inicialmente elementos de Sociologia Geral, para, só em seguida, apresentar uma Sociologia Educacional ou da Educação. Essa preocupação pode estar relacionada ao fato de que muitos alunos que chegavam ao

⁶ M. Halbwachs. Lo loi em sociologie. In: Science et Loi, V.e. Semaine Internationale de Synthèse, Felix Alcan, Paris, 1934.173-196 pp.

⁷ Sociologie et sciences sociales (1928); Sociologia e educação (1929).

curso normal não tiveram contato anterior com a disciplina de Sociologia, uma vez que naquele momento a Sociologia estava presente apenas no ensino secundário.

Azevedo estabelece a educação como um objeto da Sociologia Educacional, ciência destinada a edificar a educação sobre novos fundamentos e renovar o estudo de suas origens e funções sociais, distinguindo-se da Pedagogia e da História da Educação. O autor defende a ideia de que a Sociologia Educacional tem o objetivo de "subministrar a preparação dos futuros professores uma base científica mais sólida, de lhes fornecer meios de atingir a uma compreensão mais ampla e completa dos fatos e dos problemas educacionais e, ao mesmo tempo, alagar-lhes o espírito, despertar-lhes o sentido crítico" (p. 55). Esse posicionamento presente em sua obra dialoga com suas atuações no campo político educacional e o contexto de modernização do país no qual estava inserido (NASCIMENTO, 2010).

Para o autor todas as sociedades têm o seu sistema cultural que marca a unidade em que são modelados os indivíduos. Para ele "são os indivíduos que compõem cada sociedade, mas a sociedade é uma realidade que os ultrapassa, lhes preexiste e lhes sobrevive" (p.66) e cabe à Sociologia estudar esse "eu socializado". Disso discorre que a educação, tomada em sentido amplo, é o processo pelo qual as gerações adultas transmitem as gerações jovens a sua tradição ou cultura. Ainda defende a ideia de que a articulação dos fatos culturais constituem um sistema interfuncional que mantém o equilíbrio interno de toda a cultura, onde cada esfera cultural tem sua função específica em razão do todo.

A noção de instituições vai ao sentido de que são acumulações culturais, processos escolhidos e estandardizados de viver em comum, regras de conduta, uniformes entre os membros de um grupo. Aqui a educação ganha centralidade outra vez, pois, toda a educação consiste num esforço para impor, à criança e ao adolescente, maneiras de ver, de sentir e de agir; essa pressão de todos os instantes é a pressão mesma do meio social, equivalente à escola como uma sociedade miniatura que tende a modelá-la a sua imagem, onde os pais e mestres não são senão representantes e intermediários. Apesar da função educacional concentrar-se nas escolas, as outras instituições sociais, tais como, família, religião, classes sociais e etc., são destacadas por Azevedo como dotadas de alguns aspectos pedagógicos difusos sobre a formação das gerações jovens.

Para defender a ideia de que a educação é uma função indispensável para a vida em sociedade ou comunidade, Fernando de Azevedo expõe um apanhado histórico que



busca evidenciar que a complexidade da organização social afasta gradativamente a educação das responsabilidades ligadas ao grupo familiar. Aqui, ao observar a pluralidade e a diversidade das forças que concorrem ao desenvolvimento da sociedade, o autor coloca o "sistema pedagógico" no meio dos sistemas domésticos, políticos, econômico e religioso. O intuito é mostrar - dialogando com Durkheim - como o grupo profissional pedagógico se despreendeu, e por consequência se distinguiu, dos grupos religiosos a ponto de constituir-se como um grupo autônomo. Esse grupo seria

[...] caracterizado por uma atividade específica, sob a pressão de causas sociais, culturais e econômicas, entre as quais: a) a divisão do trabalho social e a especialização de funções; b) a complexidade de estrutura social e a multiplicidade de grupos; c) complexidade da função educacional decorrente do progresso científico e técnico; d) a corrente do 'laicismo' e o desligamento da secularização da Educação Católica; e) a tendência do Estado moderno a ampliar a esfera de suas atribuições (p. 190).

O autor defende a ideia de que as medidas tomadas para assegurar a instrução irão repercutir sobre os sentimentos e tendências do educando em questão e a sua educação moral fluirá também sobre o seu trabalho intelectual.

Azevedo expõe o estado do sistema educativo brasileiro naquele período, realçando as condições especiais do meio à que serve, as possibilidades e as dificuldades no que se refere à organização escolar de forma a conceber a educação como função desvinculada dos interesses privados e políticos.

Concebe Azevedo que toda a orientação do processo educativo postula uma filosofia de vida ou uma hierarquia de valores, destacando os fins/objetivos da educação. Defende outra vez a educação como uma tarefa desvinculada de interesses políticos e privados, embora, o Estado deva ser seu principal provedor.

A base teórico-conceitual do manual "Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais", de Fernando de Azevedo, dialoga diretamente com as contribuições durkheimianas. Contudo, Fernando de Azevedo procura ampliar sua compreensão dos fenômenos educacionais realizando um diálogo entre diversos autores franceses como Mauss, Bouglé e Piaget (por sinal, suas referências bibliográficas são quase todas em língua francesa). Ainda dentre suas referências, o autor menciona em passagens rápidas sociólogos como Simmel. Azevedo refere-se a Karl Marx muito rapidamente (criticando-o) e ignora as contribuições de Max Weber. Ao tratar do conceito classe social, por exemplo, recorre a Werner Sombart e a J. Schumpeter, destacando apenas que os "socialistas políticos" subestimam os fatores subjetivos e morais das lutas e conflitos sociais. Ao

buscar tratar de questões brasileiras (o que faz de forma incipiente⁸), recorre às contribuições muito pontuais de Anísio Teixeira e Teixeira de Freitas, com quem mais tarde teria contato pessoal/profissional na ocasião da fundação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo e na consolidação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente (NASCIMENTO, 2010). Azevedo menciona ainda em suas referências de fim de capítulos outros brasileiros, tais como M.C. da Silva Rodrigues e Lourenço filho, além de se auto referenciar. Embora não citado nas referências ao fim de cada capítulo, Azevedo menciona, nas “Referências Gerais”, o manual “Sociologia Educacional” de Delgado de Carvalho (1933).

Como destacou Silva (2002), até 1945 a produção intelectual no campo da Sociologia da Educação era extremamente modesta em função do caráter ainda incipiente do sistema universitário brasileiro. Tudo indica que apenas duas obras de Sociologia Educacional haviam sido publicadas; fato que dificultaria Azevedo fazer significativas referências às contribuições nacionais ao tratar sociologicamente da educação ou da escola. Para Silva (2002), seria o caso de questionar se já existia uma Sociologia Educacional nesse período.

Quanto aos aspectos didáticos da obra, observamos que ao fim de cada capítulo Azevedo apresenta uma seção denominada “Problemas e Discussões” e referências bibliográficas utilizadas. Em “Problemas e Discussões” traz questões que buscam provocar o aluno; cada seção (ou parte) do livro há entre seis a onze questões/problemas.

Ainda que tenhamos nesse período uma figuração marcada pelo interesse político em investir na educação e uma considerável expansão do mercado editorial, não temos ainda um desenvolvimento significativo da Sociologia Educacional nacional, o que dificulta o diálogo entre autores brasileiros. Certamente isso dificultou a publicação de outras obras por outros autores nacionais, o que pode, em certa medida, ter levado a Livraria Acadêmica Saraiva & Cia Editores ter investido na tradução de uma obra americana.

Azevedo embora não pareça ter se apropriado diretamente das contribuições de David Snedden, cita-o na lista final de Referências Gerais, mais especificamente sua obra “Educational applications of Sociology”, publicada em 1924.

A obra de Azevedo se situa numa configuração marcada pelo movimento escolanovista, onde era necessário enfatizar o papel do Estado na expansão de uma oferta educacional laica que colaborasse para a modernização do país.

⁸ Fato que pode ter colaborado para que sua obra fosse publicada no México (em Espanhol), tendo tido naquele país ao menos duas edições.

4.2 Sociologia Educacional: Parte I e II (1941) – David Snedden

O manual escrito por Snedden foi traduzido por Adolfo Packer, Inspetor do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo. O interesse pela tradução possivelmente deu-se pelo reconhecimento internacional dos estudos de David Snedden em torno do currículo, sobretudo por conta de seu conceito de eficiência social, o qual se funda na ideia de que o currículo e a educação devem possuir intencionalidades de acordo com os objetivos e grupos sociais a qual são expostos. Snedden demonstra na obra uma grande preocupação na eficácia dos indivíduos na sociedade e o importante papel da educação em possibilitar esses indivíduos a produzir eficiência social.

A extensa obra traduzida é dividida em dois tomos, ambos publicados no ano de 1941 pela Livraria Acadêmica Saraiva & Cia Editores, com sede em São Paulo.

Observando os elementos pré-textuais, notamos que, na capa, o autor é apresentado como “professor da Universidade de Columbia”. Diferentemente da Obra de Azevedo, não há listas de livros já publicados pelo autor ou pela editora. No final do segundo tomo, o autor destaca uma “relação de obras para bibliotecas de grupos de debates”, subdividindo-as em “obras essencialmente sociológicas”, “referências essencialmente educacionais”, “referências sociológicas suplementares” e “referências educacionais suplementares”.

Antes do índice, no tomo 1, há uma carta destinada aos leitores menos experimentados no tema, à professores e alunos que estariam utilizando o manual. Em determinado momento da carta o autor afirma que,

Este livro foi, pois, idealizado para leitores que, sem que talvez o saibam, já são possuidores de determinados tipos de experiência social e educacional. Já foram membros de muitos grupos sociais; já participaram de numerosos processos sociais, como regulados; ou como reguladores – como pacientes e como agentes; sempre viveram em um emaranhado de relações sociais, inclusive educacionais, que são susceptíveis de serem desenredadas e ordenadas, exatamente do mesmo modo que podemos imaginar os primitivos botânicos ordenando e interpretando os inúmeros dados da flora que os cercava (SNEDDEN, 1941, p.8).

É evidente a preocupação do autor em considerar as experiências sociais dos leitores para apresentar os conteúdos que busca problematizar. Expressões como “o leitor deste livro já [...]”, “o leitor também sabe [...]”, “v. tem conhecimento [...]”, “o leitor, através

de sua experiência pessoal [...], “v. já teve [...] e “v. leitor, já [...]” se estende por toda a obra.

No interior de diversos capítulos, Snedden lança questões/problemas a serem discutidos/refletidos pelo leitor/professor/aluno. O que aparece também no fim de muitos capítulo, as vezes denominado de “tópicos e problemas”, espaço composto por questões abertas e uma lista de indicação de leituras complementares. Contudo, por se tratar de uma tradução, dificilmente o leitor/professor/aluno teriam acesso a tais obras. Há casos, como no capítulo VI do primeiro tomo, em que o autor inicia o tema com problemas/perguntas e só depois apresenta o conteúdo, atestando o que afirma o autor na carta inicial: “Este é, antes de mais nada, um livro de problemas” (SNEDDEN, 1941, p.9). Afirma o autor que,

Visando primariamente os professores ou alunos de escolas normais das últimas fases de formação profissional, apresenta discussões dos múltiplos problemas relativos aos valores e objetivos educacionais com os quais teem que se avir os organizadores de programas, cursos e livros de texto (SNEDDEN, 1941, p.9).

O primeiro tomo destina-se a temas básicos da Sociologia, enquanto que o segundo apresenta questões de Sociologia da Educação.

No primeiro tomo, ao longo das 464 páginas, estão os 22 capítulos que trazem discussões, num primeiro momento, dos contextos de emergência e consolidação da Sociologia como o fazer científico e, num segundo momento, são apresentados os desdobramentos no desenvolvimento da sociedade. Os capítulos estão distribuídos conforme se observa no quadro 3.

Quadro 3 – Capítulos e seus respectivos temas presentes no tomo I da obra Sociologia educacional, de Snedden (1940).

Cap.	Temas	Cap.	Temas
1	A Constituição de um Povo	12	Grupos de Convívio
2	Que é Sociologia	13	Forças e Processos Sociais
3	Que é Sociologia Educacional	14	O Ambiente Geográfico
4	Sociedades ou Grupos Sociais	15	Individualização e Socialização
5	Grupos Familiares	16	Regulação e Socialização
6	Grupos de Comunidades Vicinais	17	Cooperação, Conflito e Competição
7	Grupos de Comunidades Urbanas	18	Dominação e Democratização
8	Grupos de Comunidades Provinciais e Nacionais	19	Processos Sociais Miscelâneos
9	Grupos Econômicos	20	Valores Sociais
10	Grupos Religiosos	21	Os Maiores Valores Sociais
11	Associações e Partidos	22	A Eficiência e o Progresso Sociais

Fonte: elaboração própria.

O manual voltar-se especificamente para professores e “alunos de escolas normais nas últimas fases de formação”. O texto procura apontar soluções de caráter sugestivo, ao invés de indicações definitivas para os problemas apresentados em cada capítulo, de forma a fomentar discussões e reflexões durante as aulas.

Já no segundo tomo há 30 capítulos, distribuídos em 619 páginas, continuando a sequência dos capítulos do tomo anterior, ou seja, o capítulo inicial deste livro é o de número 23.

Quadro 4 – Capítulos e seus respectivos temas presentes no tomo II da obra Sociologia educacional, de Snedden (1940).

Cap.	Temas	Cap.	Temas
23	A Educação como meio de eficiência social	38	Geografia
24	Objetivos da Educação. Desenvolvimento, Atividade Lúdica, Trabalho	39	A Educação Cívica e os Estudos Históricos
25	Os Objetivos da Educação Escolar	40	A Educação Cívica Mediante as Ciências Sociais e outros meios
26	Os Objetivos da Educação – Métodos de Análise	41	As Ciências Mentais
27	A Evolução da Educação	42	Os Estudos da Língua Inglesa
28	Educação Física: Fundamentos Sociológicos	43	As Artes Gráficas e Plásticas
29	Educação Profissional: Fundamentos Sociológicos	44	Música
30	Educação Social: Fundamentos Sociológicos	45	As Artes Práticas
31	Educação Cultural: Fundamentos Sociológicos	46	Orientação Profissional
32	Análise dos Objetivos Gerais da Educação	47	Educação Profissional Geral
33	As Línguas e as Literaturas Estrangeiras Modernas	48	Educação Profissional Agrícola
34	O Estudo das Línguas das Literaturas da Antiguidade	49	Educação Profissional Comercial
35	Literatura Inglesa	50	Educação Profissional Doméstica
36	Os Estudos de Matemática	51	Educação Profissional Industrial
37	Os Estudos das Ciências da Natureza	52	Educação Física

Fonte: elaboração própria.

O Texto de Snedden procura, primordialmente, identificar e avaliar os fins sociais e políticos que norteiam as construções curriculares. O autor se apropria das categorias de controle e interesse social a as associam aos princípios do behaviorismo, objetivando verificar se e como os diversos ideais e interesses correntes foram absorvidos pelas teorias curriculares. O interesse do autor está na concepção de controle social que

fundamenta as primeiras teorizações no em torno do currículo escolar. Nesse sentido, Snedden destaca o currículo como promotor de uma espécie de adaptação dos indivíduos à ordem industrial que se estabelece no pós Segunda Guerra Mundial. Para Snedden o currículo deveria versar sobre as atividades da vida adulta e dividir-se em educação vocacional e geral, propiciando assim maior integração social.

Embora o autor tenha buscado em muitos momentos dialogar com as experiências dos leitores, trata-se de um manual relativamente complexo, articulando uma extensa rede de autores. David Snedden constrói uma abordagem, de acordo com as necessidades de seu país de origem – Estados Unidos da América –, com intuito de projetar um programa educacional que reconcilie as demandas da sociedade industrial com as capacidades e interesses dos educandos.

Ao tratar do tema “grupos religiosos”, o autor destaca o que Weber chamou de desencantamento do mundo causado pelo avanço da ciência. Para o autor “muitos dos aspectos que se nos apresentam como instintivos, nos fenômenos religiosos, têm suas fontes prováveis nas atividades da imaginação, parte integrante da natureza primitiva do homem” (Snedden, 1941, p. 220). Destaca o autor que em sociedade modernas a educação religiosa não fica sob a responsabilidade do Estado, mas dos grupos religiosos.

Ainda que se trate de um manual, o autor acaba propondo novas concepções teóricas para pensar a escola e a educação, o que teria sido possibilitado pela sua trajetória acadêmica; uma vez que se trata de um especialista frente a sua especialidade de atuação intelectual.

O autor, na construção de sua epistemologia de base americana, aproximou-se das contribuições de Hebert Spencer inserindo-se, em relação aos estudos do currículo, na corrente vocacionalista.

Mesmo não se tratando de um manual acional, o mesmo se insere no contexto brasileiro a fim de fortalecer a corrente política-ideológica dos reformuladores da educação, alinhando-se, em certa medida, com a intencionalidade de proporcionar a Sociologia da Educação um aspecto científico.

4.3 Noções de Sociologia Educacional (1947) – Theobaldo Miranda Santos

O manual Noções de Sociologia Educacional, de Theobaldo Miranda Santos, data a primeira impressão em 1947 pela Cia Editora Nacional. Porém, nosso acesso à contribuição de Theobaldo Miranda Santos aconteceu através da sexta edição, datada de 1958 e publicada pela mesma editora. Tudo indica não ter havido mudanças entre as edições para além da capa e, por isso, optamos por manter essa edição em nossa análise.

Observando os elementos pré-textuais encontramos um texto denominado “Advertência” aos leitores, destacando que o manual “tem objetivos puramente didáticos” e que

[...] sua finalidade é apenas iniciar os alunos das nossas Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia no estudo dos problemas sociais da educação. Daí sua feição resumida, sintética, elementar e a necessidade dos seus capítulos serem desenvolvidos pela palavra e pela ação do professor.

Na contracapa da edição da obra analisada há uma lista de livros já publicados pelo autor na editora – acreditamos ser a única variação entre a primeira edição de 1947 e a sexta edição, de 1958.

A obra está organizada em 24 capítulos, contendo 247 páginas. O quadro 5 apresenta sua organização.

Quadro 5 – Capítulos e seus respectivos temas presentes na obra Noções de Sociologia educacional, de Santos (1958 [1947]).

Cap.	Temas	Cap.	Temas
1	A Sociologia	13	A Educação e as Sociedades Primitivas
2	A Sociologia Educacional	14	A Educação Individualista
3	A Educação e a Sociedade	15	A Educação Socialista
4	A Educação e a Comunidade	16	A Educação Nacionalista
5	A Educação e a Família	17	A Educação Culturalista
6	A Educação e o Estado	18	A Educação Personalista
7	A Educação e a Igreja	19	A Educação Pré-Primária
8	A Educação e o Trabalho	20	A Educação Primária
9	A Educação e a Profissão	21	A Educação Supletiva
10	A Educação e a Liberdade	22	A Educação Técnica
11	A Educação e o Progresso	23	A Educação Emendativa
12	A Educação e a Vida Social	24	A Educação Pedagógica

Nota: Os capítulos de nº 19 a 24 compõem o apêndice intitulado “Aspectos sociológicos da educação no Distrito Federal”. Fonte: elaboração própria.

Num primeiro momento, o autor busca destacar as bases sociológicas da Educação. Para tanto, se apropria da discussão comtiana da especialização científica e da reflexão durkheimiana na tentativa de estabelecer a Sociologia enquanto atividade científica, porém destacando que diferentemente do que pensavam esses dois autores, “qualquer fato social pode ser estudado não só de maneira especulativa e desinteressada, como também de maneira normativa ou aplicada” (SANTOS, 1947, p.20). Exibe, em coerência com a epistemologia funcionalista adotada, diversas formas de interação entre a Educação e o meio social. Contudo, diferencia-se de Durkheim quanto aos fatos sociais, por acreditar que esse autor ignora as liberdades dos indivíduos, não sendo “simples produto da sociedade” (*Ibdem*, p.18), pois para ele é preciso que o caráter social dos indivíduos não os desumanizem (SANTOS, 1947, p.19). Influenciado pela figuração do campo acadêmico Theobaldo Miranda Santos mesmo se posicionando sob uma vertente católica, dialoga com Durkheim, Simmel e Dewey, compreendendo-os como complementares em se tratando de reconhecer a intencionalidade das instituições educacionais, sendo ela de transmissão (Durkheim) e reconstrução (Dewey) da experiência social.

Nos parece ser uma preocupação do autor destacar diversas abordagens teóricas, buscando, quando possível, concluir o texto com sua impressão, conceito ou explicação/consideração em torno do tema em questão.

Na terceira parte da obra, entre os capítulos XIV e XVIII, Theobaldo Miranda Santos apresenta diversas correntes teóricas em torno da educação (individualista, socialista, nacionalista, culturalista e personalista), embora o fazendo a partir de preconceitos que tornam a exposição, em alguns casos, equivocada, tais como ao afirmar que “de Karl Marx e seus continuadores deriva a pedagogia comunista cujo ideal é subordinar a educação ao trabalho e fazer de cada criança um fator de produção” (p.174).

Sua definição de Sociologia Educacional parte de críticas às definições de Fernando de Azevedo e Delgado de Carvalho. Apoiar-se nas argumentações referente à natureza social do processo educativo para definir a Sociologia Educacional como “um ramo da sociologia geral que se ocupa dos fatos sociais relacionados à educação” (p. 26). Há em suas prescrições um direcionamento para que a Sociologia Educacional esteja

voltada às relações entre os fenômenos sociais gerais e a educação, sendo uma ciência subsidiária da Pedagogia (p.29).

Após estabelecidas as bases sociológicas da Educação, o texto nos coloca frente aos problemas sociológicos da área educacional. Sendo que se destacam as discussões referentes à relação educação-trabalho, os problemas de instrução e profissionalismo, as questões de liberdade e progresso.

Por fim, o livro nos leva para uma exposição de diversos sistemas educacionais, inclusive um exemplo brasileiro, especificamente o do Distrito Federal. Aqui o autor confronta várias experiências no que se refere aos sistemas de educação, como o individualista ou liberal, o socialista ou popular, o nacionalista ou o fascista. Nessas passagens o autor expõe uma discussão que envolve a educação pré-vocacional no primário, inclui-se, nesse ensino, o trabalho manual.

Impõe-se à escola primária brasileira, uma orientação 'pré-vocacional', em que os trabalhos manuais, sob todas as formas, sirvam de centro de gravitação do ensino cultural, despertem aptidões para diversos gêneros de atividade técnica e orientem a criança para que, futuramente, possa exercer com perfeição e dignidade uma profissão adequada às suas tendências, aspirações e ideais" (p. 209).

Os ideais do catolicismo são impressos em capítulos estratégicos em meio às discussões propostas pela obra. No quinto capítulo, onde se discute família, é proposto que a família cristã representa o tipo mais perfeito e elevado de organização familiar que antecede o que é chamado de família moderna. Já no capítulo 7, "A Educação e a Igreja", defende que a concepção católica da vida é essencialmente pedagógica. A educação aqui se dirige ao interior do homem, visa transformá-lo, trata-se de sua iniciação na verdade total. Baseando-se em Amoroso Lima (representante da Sociologia Católica) afirma que a incorporação do homem na comunidade da Igreja possibilita a compreensão da verdadeira hierarquia dos valores da vida, sua cultura interior, sua salvação e sua adesão a Deus. Acaba por associar o desenvolvimento da nacionalidade aos elementos morais da vida religiosa.

Ora, assim como a religiosidade é um sentimento profundo do homem brasileiro, a Igreja, instituição coletiva da Fé católica, é um elemento capital para a formação da nacionalidade. Se o Estado é decisivo para a compreensão de nossa formação política como povo – assim é decisiva a igreja para compreendermos a formação moral brasileira" (p. 96).

No oitavo capítulo, ao tratar do tema educação e trabalho, recorre outra vez a moral cristã para apresentar o trabalho como atividade dignificada e nobre, argumentando

que “Cristo deu o exemplo supremo ao exercer, com dedicação e amor, o humilde ofício de carpinteiro” (p.102). Nesse sentido, o autor argumenta que a educação se dá para o trabalho e pelo trabalho.

Observa-se na obra uma preocupação do autor com a didática. No fim dos capítulos há seções denominadas “notas para estudo” e “temas para discussões”. As notas para estudo são trechos (citações diretas) de outros autores. O objetivo parece ser o de instigar os alunos a buscar conhecer melhor o tema. Os “temas para discussão” são exercícios de reflexão e fixação dos conteúdos destacados ao longo do capítulo. Apenas nos capítulos que constituem o apêndice não há essas duas seções didáticas.

Dentre as três obras analisadas, esta é a mais recente, publicada sete anos após o manual de Fernando de Azevedo. Se apropriando de um contexto de maior institucionalização das Ciências Sociais brasileira, Theobaldo Miranda Santos, fez uso de uma referência baseada em diversos brasileiros (inclusive nas “notas para estudo”); diferentemente de Azevedo. Dentre os autores brasileiros citados estão Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima), Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo, Leão Carneiro, Teixeira de Freitas, Peeters Madre Francisca (estrangeira naturalizada), Farias de Vasconcelos, Ruy Ayres de Bello, F. Luiz Filho e Amaral Fontoura.

Nota-se que a figuração no ano de 1947 parece ter sido mais favorável à produção do manual de Sociologia Educacional de Theobaldo Miranda Santos, uma vez que já há, além de diversos autores pensando a escola e a educação a partir da Sociologia, uma considerável expansão do mercado editorial brasileiro e uma política de desenvolvimento que considerava a escola como instrumento de modernização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocar como objetivo do trabalho elucidar o que era privilegiado na Sociologia Educacional no Brasil durante os anos de 1940, tomamos como objeto três textos escolares que podem, pela presença de estratégias didáticas, ser classificados de “manuais escolares” de Sociologia Educacional.

No decorrer do estudo ficou evidenciado que o cenário político, de renovação do Estado brasileiro através do projeto Estado Novo, exerceu considerável influência no desenvolvimento da Sociologia no país, principalmente da Sociologia Educacional. O governo ditatorial de Vargas, ao eleger a ciência como caminho da modernização,

encarregou a Educação como carro chefe de tais mudanças. As disputas político-ideológicas entre reformadores e católicos aparecem na produção dos manuais dos anos de 1940. Dos três manuais, dois apresentam uma posição clara; de um lado aquele produzido por Fernando de Azevedo se posicionando sob uma visão reformadora da educação brasileira; do outro lado, o manual de Theobaldo Miranda Santos trazendo em diversos momentos uma perspectiva cristã. Essa figuração nos ajuda a desvelar com maior clareza as intencionalidades presentes nos textos escolares aqui examinados.

Analisando os manuais percebemos uma estrutura, em certa medida, similar. Os autores buscaram privilegiar questões referentes: i) à consolidação da Sociologia como ciência; ii) esclarecer o caráter social da escola e dos processos educativos; iii) as funções sociais da escola; iv) a escola frente aos problemas sociais; v) a função do conhecimento sociológico e; vi) os sistemas educacionais.

A base epistemológica que permeia os manuais estudados varia entre o funcionalismo francês, especialmente o durkheimiano (Azevedo e Santos), às contribuições americanas (Snedden) e trabalhos nacionais (Santos). Encontramos nos manuais analisados uma concepção vocacional de educação (Snedden), uma percepção da educação como espaço de reprodução/transmissão da cultura (Azevedo), bem como de moralização da sociedade (Santos).

Se por um lado Snedden e Azevedo podem ser classificados como integrantes de uma sociologia educacional científicista, por outro Theobaldo Miranda Santos pode ser enquadrado como um representante da Sociologia católica.

Theobaldo Miranda Santos, que mesmo sendo um intelectual católico, constrói grande parte de sua obra sob as contribuições da Sociologia durkheimiana. Esse autor busca referenciar, principalmente Alceu Amoroso Lima, quando os fatores sociológicos entram em conflito com os dogmas católicos. Fernando de Azevedo, Delgado de Carvalho e Alceu Amoroso Lima são os autores brasileiros mais citados no manual de Theobaldo Miranda Santos, sobretudo, quando o texto se dispõe a tratar das questões ligadas ao movimento Escola Nova. Seu uso de autores brasileiros certamente é resultado do processo de institucionalização das Ciências Sociais em curso.

As obras analisadas foram publicadas por duas editoras em expansão, resultados do contexto econômico e cultural que colaborou no crescimento do mercado editorial nacional, mais precisamente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A obra de 1947, a última publicada nos anos de 1940, encontrou uma figuração mais favorável no que diz respeito ao acesso a bibliografias nacionais que pudessem ser usadas como referências.

Assim este artigo apresenta algumas contribuições na direção da compreensão dos primeiros movimentos da Sociologia Educacional no cenário brasileiro. As análises aqui apresentadas abrem caminhos para novas leituras dos manuais dessa disciplina. Longe de estarmos diante de manuais revolucionários e “críticos”, todos os três, ao seu modo, estavam a serviço do ideal da classe dominante da época, colaborando para que a educação exercesse seu papel de manter o *status quo*. Pesquisas posteriores são necessárias a fim de maior aprofundamento nas análises, investigações que apresentarão colaborações outras para compreendermos o lugar e a forma da Sociologia Educacional no Brasil na primeira metade do século XX.

REFERÊNCIAS

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. **Estud. av.**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 317-333, Apr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a21v2262.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

BODART, Cristiano das Neves. Fragmentos de Sociologia pré-acadêmica no ensino normalista de 1935. **Revista Em Debate** (UFSC), Florianópolis, volume 13, p. 30-51, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/1980-3532.2015n13p30/32241>>. Acesso em: nov. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo P. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, CE, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/27908>>. Acesso em: 08/10/2017.

BODART, Cristiano das Neves; Souza, Ewerton D. Configurações do ensino de sociologia como um subcampo de pesquisa: análise dos dossiês publicados em periódicos acadêmicos. **Ciências Sociais Unisinos**. Porto Alegre, RS, v. 53, n. 3 (2017), p. 543-557, set/dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2017.53.3.14/645> Acesso em: 09/10/2017.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. A produção sobre Sociologia escolar nos periódicos brasileiros on-line de estratos superiores, 1996-2017. In: MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Orgs.). **Saberes e práticas do ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

CALIXTO, Jaqueline Andrade; NETO, Armindo Quillici. O Educador Theobaldo Miranda Santos e os Problemas da Pedagogia. **Revista Profissão Docente**. Uberaba-SP. v 15. n 32. p.140-155, Fev-Jul, 2015. Disponível em <<http://revistas.uniube.br/index.php/rpd/issue/view/70/showToc>>. Acesso em 14/11/2018



CALIXTO, Jaqueline Andrade; NETO, Armindo Quillici. Theobaldo Miranda Santos e suas Contribuições para a História da Educação Brasileira (1942-1946). **Congresso Internacional de História: Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas**. 2014. Jataí-GO. Disponível em [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(122\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(122).pdf). Acesso em 14/11/2018.

CAMARGO, Mário de (org.). **Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de história**. 2. ed. São Paulo: Bandeirantes Gráfica/Edusc, 2003.

CIGALES, M. P. Ideias pedagógicas de uma sociologia cristã: notas sobre um compêndio de sociologia da década de 1940. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, SP, v. 14, n. 60, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640561>. Acesso em: 10/10/2018.

CUNHA, Maria Teresa Santos. A mão, o cérebro, o coração. Prescrições para a leitura em manuais escolares para o Curso Normal (1940 – 1960/ Brasil-Portugal). **Revista brasileira de história da educação**. Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 285-309, set./dez. 2013. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/rbhe.2014.013>. Acesso em: nov. 2018.

DAROS, Maria D.; PEREIRA, Aparecida T. A Sociologia cristã e o pensamento de Alceu Amoroso Lima em um colégio católico de formação de professoras em Santa Catarina. **Rev. Brasileira de História da Educação**. Maringá, PR. v. 15, n. 1 (37), p. 235-267, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38916>. Acesso em: 11/10/2018.

DIAS DA SILVA, Graziella Moraes. **Sociologia da sociologia da educação: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-1979)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco. 2002.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios, V1**. 2016. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.

ERAS, Lígia Wilhelms. A pesquisa com os livros coletâneas e o ensino de Sociologia na Educação Básica: percursos e experiências. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)** Curitiba, v.1, n.1, p. 129-149, dezembro, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/43267>. Acessado em: out. 2018.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005.

MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: Os Primeiros Manuais e Cursos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279132>. Acesso em: 09/10/2018.

NASCIMENTO, Alessandra Santos. Fernando de Azevedo: institucionalização da Sociologia e modernização brasileira. **Perspectivas**, São Paulo, v. 37, p. 163-190,



jan./jun. 2010. Disponível em: <
<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/3557>>. Acesso em: nov. 2018.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. A produção científica sobre o ensino de Sociologia: grupos e linhas de pesquisa no Brasil (2000-2013). In: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de; OLIVEIRA, Amurabi (org.). **Ciências Sociais e educação: um reencontro marcado**. Maceió: Edufal, 2015. pp. 103-123.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. A Sociologia como disciplina escolar em debate no 1º Congresso Brasileiro de Sociologia. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS)**, v.1, n.2, p. 05-26, Jul./dez. 2017. Disponível em:<
<https://abecs.com.br/revista/index.php/cabecs/article/view/90/51>>. Acesso em: out. 2018.

NUNES, Clarice. A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n.93, p.51-9, 1995. Disponível em: <
<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/848/855>>. Acesso em: out. 2018.

OLIVEIRA, Amurabi. Um balanço sobre o campo do ensino de Sociologia no Brasil. **Em Tese**. v. 12, n. 2, ago./dez., 2015. Disponível em:<
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n2p6>>. Acesso em: out. 2018.

PACKER, Adolfo. Prefácio. In: D'ÁVILA, Antônio. **Práticas escolares: de acordo com o programa de ensino do curso normal e com a orientação do ensino primário**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1942.

PAIXÃO, Fernando (coord.). **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1998.
PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. **Estudos avançados**. V.8, n.22, 1994. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/16.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

RÖWER, Joana Elisa. Estado da arte: Dez anos de Grupos de Trabalho (GTs) sobre ensino de Sociologia no Congresso Brasileiro de Sociologia (2005-2015). **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, jul.-set. 2016. Disponível em:<
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/24754/15070>>. Acesso em: out. 2018.

TOLEDO, Maria R. de A. **Coleção Atualidade Pedagógica: do projeto político ao projeto editorial**. Tese de Doutorado. Orientadora: Maria Marta Chagas de Carvalho. SP: USP, 2001.

TOLEDO, Maria R. de A. O projeto político cultural da coleção Atualidades Pedagógicas. In: DUTRA, E. de F.; MOLLIER, J-Y (Org.). **Política, Nação e Edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. SP: AnnaBlume, 2006.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Os manuais de sociologia educacional nos anos de 1940: contexto de produções, autores, estruturas didáticas e



perspectivas teóricas.

Cristiano das Neves Bodart

Doutor em Sociologia

Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Alagoas, Brasil

cristianobodart@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2195-2145>

Ewerton Diego de Souza

Graduando em Ciências Sociais

Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, Brasil

ewertoy@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5413-693X>

Endereço de correspondência do principal autor

Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação.

AC Cidade Universitária

Cidade Universitária

57072970 - Maceió, AL - Brasil

Telefone: (82) 32141198

URL da Homepage: <http://www.ufal.edu.br>

FINANCIAMENTO

Bolsista PIBIC/CNPq

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 26 de novembro de 2018

Aprovado em: 08 de abril de 2019

